



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA SEIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZOITO (06-08-2018)

No dia seis de agosto de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e dez minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. O presidente consultou os vereadores se queriam fazer a leitura da ata da **Terceira Reunião Extraordinária**, realizada no dia doze de julho de dois mil e dezoito, ou fazer alguma ressalva, não havendo manifestação contrária, a **ata foi aprovada por unanimidade**. Leitura das **Correspondências**. O presidente convidou o ex-vereador José Antunes Vieira; o Sr. Juliano Barbosa, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; e o Sr. José Carlos Sampaio, Secretário Municipal de Fazenda, para comporem o plenário. Leitura dos **Projetos de Lei**: **Projeto de Lei nº49/2018** (autoria do vereador João Bosco Cerceau Ibrahim). **Projeto de Lei nº53/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas); **Projeto de Lei nº54/2018** (autoria do Prefeito Municipal). A pedido do vereador Geraldo e aprovado pelo plenário, o presidente submeterá o projeto em única discussão e votação. **Projeto de Lei nº55/2018** (autoria do Prefeito Municipal). A pedido do vereador Geraldo e aprovado pelo plenário, o presidente submeterá o projeto em única discussão e votação. **Projeto de Lei nº57/2018** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves); **Projeto de Lei nº58/2018** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas). A pedido do vereador Antônio Marcos e aprovado pelo plenário, o presidente submeterá o projeto em única discussão e votação. Leitura dos **Requerimentos**: **Requerimento nº49/2018** (autoria dos vereadores Cristiano Vilas Boas, Bruno Mól, Ronaldo Bento e José Jarbas). Pela ordem, o vereador Juliano informou que o prefeito junto ao IPHAN conseguiu o recurso para a reforma da igreja São Francisco. O vereador Geraldo disse que não é necessária uma audiência pública, ele sugeriu uma reunião com representantes do executivo, do COMPAT, da arquidiocese e da Câmara para se ter conhecimento do andamento da reforma da igreja e da casa do Conde de Assumar. Os autores do requerimento concordaram com a sugestão do vereador Geraldo. O requerimento foi retirado de pauta. **Requerimento nº50/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas); **Requerimento nº51/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas); **Requerimento nº52/2018** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves); **Requerimento nº53/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). Leitura das **Moções de Pesar**: pelo passamento do Senhor Roberto Januário dos Santos (autoria do vereador Edson Agostinho, Juliano Vasconcelos, Fernando Sampaio, Cristiano Vilas Boas); da Senhora Maria da Silva Santana (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); da Senhora Conceição Ferreira de Oliveira (autoria dos vereadores Juliano Vasconcelos e Cristiano Vilas Boas); do Senhor Adilson Antônio de Oliveira (autoria do vereador Fernando Sampaio, Edson Agostinho e Juliano Vasconcelos); da Senhora Maria Antunes de Carvalho (autoria de todos vereadores); do Senhor Francisco Pimenta Pereira (autoria do vereador Edson Agostinho); do Senhor Ricardo José Ferreira Pinheiro (autoria do vereador Ronaldo Bento); da Senhora Neide Caetano da Silva (autoria do vereador Ronaldo Bento); da Senhora Maria de Lourdes Tete Oliveira (autoria do vereador Edson Agostinho); do Senhor Paulo César da Silva (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); do Senhor José Eustáquio da Silva (autoria dos vereadores Juliano Vasconcelos, Gerson Cunha e Bruno Mól); do Mestre Augusto Lourenço Ribeiro (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); do jovem Vitor Salvador de Oliveira (autoria do vereador Juliano



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Vasconcelos); da Senhora Francisca da Conceição Nunes (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); da Senhora Juraci de Oliveira (Dona Jeci) (autoria dos vereadores Juliano e Cristiano). **A reunião ocorreu sem intervalo. Projeto de Lei nº54/2018** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº55/2018** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº58/2018** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Cristiano disse que o clube tem feito belos trabalhos na cidade, realizando campanhas beneficentes. **O projeto foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº50/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos disse que muitos não estão tendo acesso ao sinal de televisão nos distritos e na sede devido a problemas de rede. Assim, que fossem feitas as manutenções regulares pelo município. O vereador Geraldo pediu para incluir no requerimento a questão das antenas de telefonia celular, muitos usuários também estão reclamando da falta de sinal. Pela ordem, o vereador Bruno disse que esses sinais nunca funcionaram a contento, que esses problemas não são de agora. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Requerimento nº51/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos comentou a importância da criação do Conselho Municipal de Defesa Social e o Fundo Municipal de Defesa Social. O vereador pediu para que esse conselho seja deliberativo. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Requerimento nº52/2018** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Juliano disse que o requerimento tem por objetivo discutir a segurança na praça Jardim Gomes Freire. Há um grande consumo de drogas e bebidas alcoólicas no local, além da falta de iluminação. É preciso de políticas públicas. O presidente Fernando sugeriu incluir a secretaria de planejamento e obras nessa discussão. Realmente falta segurança e fiscalização no local, o qual não está sendo adequado para a família ir. Pela ordem, o vereador Marcelo reclamou do alto número de eventos realizados na praça Minas Gerais. O vereador convidou os demais vereadores para tomar uma atitude, discutir e elaborar junto ao executivo e IPHAN um estudo para definir o melhor uso não só da praça, mas também de outros locais da cidade. O vereador Antônio Marcos comentou o trânsito de caminhões pesados no centro, a guarda municipal está tendo muitas dificuldades em relação ao travamento do trânsito. Com a palavra, o vereador Bruno disse que a cidade está questionando a obra de modificação de trânsito na rodovia 129, as intervenções acabaram com o estacionamento em frente a policlínica. O vereador ressaltou o trabalho da comissão de obras que está intervindo não só nessa obra, mas em outras no município. Pela ordem, o vereador Deyvson disse que a comissão retornará na obra para verificar o que está acontecendo, pois, muitas coisas não estão sendo feitas conforme combinado na visita técnica da comissão. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Requerimento nº53/2018** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. O vereador Geraldo sugeriu que fosse incluído no requerimento todo o trânsito do município, em destaque a construção das rotatórias do bairro Cabanas e do hospital. O vereador João Bosco agradeceu o executivo pelo evento em Furquim, o Motoclube Cachorro Louco, as famílias locais abraçaram o evento, teve muita gente de fora, não houve brigas, não teve nada contra o evento, as estradas estavam todas patroladas, O vereador agradeceu a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Secretaria de Cultura. Pela ordem, o vereador Juliano pediu para incluir na pauta do requerimento nº53/2018 a possibilidade de estabelecer horário alternativo para circulação de veículos pesados no centro da cidade, até mesmo propor uma legislação específica para isso. Estiveram presentes o Sr. Juliano Barbosa, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; o Sr. José Carlos Sampaio, Secretário Municipal de Fazenda, a Srta. Arlinda Gonçalves Coelho, Subsecretária de Gestão e Estratégia, o Sr. Robson Adriano Fonseca Dias Silva, Assessor Técnico de Políticas Públicas, a Sra. Samira Figueiredo Magalhães, Chefe do Departamento do Tesouro, para explanarem sobre possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Com a palavra, o secretário Juliano disse que foi identificado no dia 23 e 24 julho fortes indícios de pagamentos irregulares em relação ao programa Renda Mínima. Desse modo, foi solicitado pela Secretaria de Fazenda o CPU em que eram armazenados os dados, a gestão do processamento do programa e dos envios dos pagamentos do banco. Naquele mesmo dia a servidora foi afastada. Após a Secretaria de Fazenda localizar três extratos do mês de março, abril e junho, aonde foi possível detectar valores discrepantes do que se paga mensalmente, o secretário se viu por bem solicitar a exoneração da servidora, como ela exerce um cargo efetivo, ele a encaminhou para a Secretaria de Administração para exercer suas atividades no setor. No dia seguinte, o secretário Juliano solicitou uma abertura de procedimento disciplinar administrativo para que fosse apurado o caso através de uma comissão específica para que sejam tomadas as providências a partir das apurações. O secretário disse que já foi ao Ministério Público (MP), ao qual foi apresentado todas as documentações. O MP disse que o procedimento tomado foi correto e que ao final do procedimento disciplinar, os resultados sejam remetidos ao ministério para se for o caso tomar alguma medida na esfera judicial. O presidente Fernando perguntou como foi descoberto. O secretário Juliano disse que teve uma diferença de dois centavos, de modo que a Sra. Samira teve que fazer um comunicado ao banco e daí recebeu os extratos dos bancos, dos pagamentos de valores que não eram padrões no programa de inclusão produtiva, pelo qual cada beneficiário recebe os trinta dias trabalhados. Esclareceu que é um pagamento feito com recurso próprio. O vereador Ronaldo perguntou se o secretário Juliano tem o quantitativo do possível desvio na secretaria e qual autonomia da servidora dentro da secretaria. O secretário Juliano disse que os valores não têm como ser apurados ainda, a comissão de sindicância solicitará todos os extratos ao banco. O secretário informou que a gestão do programa tinha uma servidora que exercia cargo de nomeação, sendo atualmente exonerada e mantido o seu cargo efetivo. Essa servidora fazia todo o procedimento interno, inclusive o encaminhamento ao banco dos valores a serem pagos através de chave de conectividade, de senha de acesso específica da servidora e intransferível. Com a palavra, o vereador Bruno solicitou que todo o processo da investigação, as documentações, que a cada passo dado pela comissão responsável, seja encaminhado uma cópia à Casa, sendo atualizada através de ofícios. Que a comissão da Casa de Assistência Social possa acompanhar. O vereador disse que é preciso saber quem errou, porque errou, houve uma falha do sistema, que puna quem tenha que punir, pois um prejuízo ao erário. Isso será importante para aprimorar o sistema. O vereador ressaltou que não faz nenhum pré-julgamento antes de toda a apuração. O secretário Juliano disse a Sra. Samira e a equipe do banco já se reuniram para discutir a forma de encaminhamento, de modo que não fique centralizada em uma pessoa apenas, que ocorra de uma forma mais transparente, que seja via departamento de pessoal para evitar que próximos casos ocorram. Com a palavra, o vereador José Jarbas ressaltou que é importante que mais pessoas participam desses processos, que não seja concentrada em uma pessoa esses tipos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

pagamentos. O vereador José Jarbas solicitou uma perícia da secretaria para averiguar o que aconteceu, que haja um retorno à comissão de Assistência Social da Câmara. Que essa comissão formalmente solicite uma auditoria no procedimento de investigação para identificar o que aconteceu e porque aconteceu. Que todos os relatórios sejam encaminhados à Casa até a última decisão do que vier acontecer nesse fato. O vereador José Jarbas, através da comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo, solicitou o levantamento geral da folha de pagamento de todo o município. O vereador Antônio Marcos desejou que sejam tomadas providências, e acrescentou que parece que nunca acontecem problemas de desvios no município, não se vê resultados dos processos investigativos realizados dentro da prefeitura. Com a palavra, o vereador José Jarbas solicitou que os secretários Juliano e José Carlos Sampaio e a equipe presente retornem à Casa com os resultados das investigações com o relatório do que de fato foi feito na prefeitura de Mariana. O vereador Geraldo disse que há necessidade de fazer uma auditoria na folha de pagamento do município e desejou que seja dada ampla defesa à pessoa em investigação e que puna quem tenha que punir. Pela ordem, o vereador José Jarbas, através da comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo, solicitou que o levantamento geral da folha de pagamento seja apresentado na Casa, que seja apresentado o antes e o depois. Aproveitando a oportunidade, o secretário Juliano informou que os cadastros para as moradias populares estão abertos e que foram iniciados os procedimentos de recuperação dos apartamentos. O vereador José Jarbas disse que há um descrédito nessa informação por uma parte da população, porque isso já foi feito outras vezes. Muitas pessoas estão no aluguel social pago pela prefeitura. O secretário Juliano disse que há trezentos e dez pessoas interessadas para a oferta de oitenta e três moradias. O vereador José Jarbas questionou os critérios utilizados. O secretário Juliano disse existe o decreto 9.409/2017 especificando os critérios a serem apresentados ao Ministério Público e encaminhado à Casa. Com a palavra, o vereador Bruno disse que a questão dos prédios já vem se arrastando ao longo dos anos, é um absurdo o que está sendo construído ali, daquela forma sem um critério legal para que fosse construído. Hoje a atual administração tem que resolver o problema, os prédios estão ali sendo consumidos. Inclusive parece que haverá uma reforma nos prédios, pois já não estão com condições de moradia. Essa questão do sorteio, realmente há um descrédito muito grande das pessoas, pois isso já ocorreu duas vezes e nada aconteceu. Então, espera-se que - sabendo da seriedade do secretário Juliano, do Robson, um contemporâneo, o vereador sabe do seu comprometimento, da sua seriedade em tudo que faz; o secretário Juliano tem demonstrado isso a frente da secretaria - não seja uma ação marqueteira, para que dê uma resposta à população em face dos questionamentos que esta Casa tem feito em relação àquilo através da comissão de obras, a qual tem feito um importante trabalho. Inclusive essa comissão esteve nos prédios, oficiando a secretaria informando o que estava acontecendo. Então espera-se que isso realmente ocorra. Que as pessoas que tem realmente a necessidade que sejam beneficiadas com aquela moradia. Mariana infelizmente não tem já há muitos anos um programa habitacional, isso é urgentíssimo, Mariana é tomada por terras que o executivo, no entendimento do vereador, o interesse público tem que prevalecer. Tem muitas coisas de interesse público que não tem o que conversar, tem que comunicar e chamar para ver o que tem que ser feito. Mas infelizmente tem uma política populista, que tem atrasado muito o município de Mariana já há muitos anos, querendo passar a mão na cabeça de um ou de outro e deixa a população a mercê e chega um dia que estoura como o que está acontecendo hoje. O vereador Bruno levantou a sua preocupação com o aluguel social, quando esse projeto esteve na Casa, ficou preocupado, pois qual seria o critério



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

utilizado para fornecer esse benefício e porque a pessoa tem que receber. Todo mundo que paga aluguel tem dificuldade para pagar o seu aluguel. Então é uma questão que precisa de atenção para não virar uma bolsa família, uma forma de fazer política com o aluguel social. Então vai se criando uma bola de neve, que depois não tem como voltar atrás. O vereador disse que não afirma se isso está acontecendo. É preciso ter um critério para que isso não ocorra. O vereador se manifestou contra esse tipo de aluguel, todo mundo tem que ter a condição de pagar o seu aluguel ou então dá para todo mundo que não tem casa, que não tem imóvel próprio. Agora todo mundo tem que trabalhar para cumprir com suas necessidades básicas através do trabalho, agora se de fato tiver um critério informando que aquela pessoa não tem condições de trabalhar, de sustentar sua família, tem problema de saúde, é deficiente físico, e não pode mesmo trabalhar, aí sim, vê a hipótese de o município dar uma contribuição através do aluguel social, de uma bolsa família por um determinado espaço de tempo. O vereador desejou que os critérios sejam seguidos na questão dos imóveis, a população não aguenta mais esse disse que me disse. Cria-se uma expectativa, gera na família o anseio de ter uma casa própria, um anseio de um milhão de brasileiros. O vereador disse que o secretário Juliano e Robson têm muita credibilidade na Casa, todos os projetos da pasta são votados, então espera-se que a questão seja tratada da mesma forma. Com a palavra, o secretário disse que o aluguel social é um benefício eventual previsto na lei da assistência, ele não é um privilégio de Mariana. O secretário disse que tudo está sendo realizado no rigor da lei, há revisões necessárias. Pela ordem, o vereador Marcelo disse que comissão de obras fez visitas técnicas na Morada do Sol e Santa Clara e perguntou se as pessoas das barracas derrubadas no local em que foram construídos os prédios populares vão ser beneficiadas com um apartamento, se elas terão uma atenção especial. O secretário Juliano disse que essas pessoas vão fazer o cadastro social e dentro dos critérios, dos pesos atribuídos, há um que aborda essas famílias que foram retiradas para edificação dos prédios. Com a palavra, o vereador Antônio Marcos disse que o município errou ao construir os prédios no local em que não pertencia ao município. Muitas pessoas retiradas das invasões foram colocadas no aluguel social, mas aconteceu novas invasões no mesmo local. A invasão já está consolidada, então é preciso organizar isso, não permitir que ninguém mais invada através de uma segurança efetiva. Que sejam apresentadas alternativas de moradias para as pessoas, criar mais loteamentos para evitar essas ocupações irregulares. O vereador Geraldo disse que o próprio município invadiu para construir os prédios populares, dando mau exemplo à população. É preciso uns dez anos para consertar os erros no município. O vereador ressaltou que muitos ocupam por falta de opção, mas muitos agem de má fé, há até mesmo corretor de imóveis de áreas invadidas. Muitas invasões são incentivadas em troca de votos. É preciso fazer um levantamento de todas as pessoas que receberam uma casa popular do município. Há pessoas que já receberam mais de uma casa, sendo que há outras necessitando de uma. Há pessoas que alugam casas que receberam do município. Com a palavra, o vereador Marcelo reforçou que devem ser consideradas, baseando-se no cadastro social, as pessoas que foram retiradas do local em que os prédios populares foram construídos. Na época, o prefeito fez um compromisso de atender a essas pessoas. Com a palavra, o vereador Bruno disse que sempre são culpadas as pessoas que invadem, nada justifica a invasão, mas é esquecido também de responsabilizar os donos da terra, os quais permitem a invasão. É preciso ter um prefeito para chegar nesse proprietário dando um prazo para criação de loteamentos. Com a palavra, o vereador José Jarbas disse que há uma avalanche de invasões, muitos não têm opção e acaba invadindo, mas os profissionais da invasão devem ser combatidos. É preciso haver medidas imediatas para evitar o caos na cidade. Com a palavra, a Sra. Arlinda disse



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

que é uma preocupação da secretaria de administração a auditoria da folha de pagamento, acrescentou que ela será realizada na sua gestão. Sra. Arlinda disse que foi montada uma comissão de sindicância especial para apurar o caso em pauta, após receber documentos de Fazenda e da Assistência Social. Os membros têm conhecimento de causa e compromissados em realizar o trabalho. Com a palavra, a Sra. Samira explicou que o Renda Mínima é gerido pela Assistência Social, e que mês a mês são encaminhados ao departamento pessoal relatórios dos pagamentos para que sejam lançados no sistema utilizado pelo município, Sistema Beta, e a contabilização desses valores. O departamento pessoal gera um relatório, que é encaminhado para a tesouraria da Fazenda, a qual autoriza o banco o débito na conta específica que o município utiliza para pagamento do programa. No mês de julho, houve uma pequena diferença na conta de dois centavos no débito do montante, total de duzentos e poucos mil reais. Ao verificar isso, solicitou a gestora do programa para esclarecer essa diferença, que encaminhasse os relatórios dos pagamentos. A Secretaria de Fazenda também entrou em contato com o Banco do Brasil para tentar resolver o mais rápido possível em função dos prazos a serem cumpridos. Diante da diferença dos dois centavos, a Fazenda levantou os relatórios do programa e constatou outras discrepâncias. Assim, foi solicitado uma reunião junto ao secretário da pasta; entrou em contato com o banco pedindo uma alternativa para evitar esses gargalos. A Fazenda conseguiu agora fazer com que o pagamento do programa seja feito como é feito na folha de pagamento dos funcionários. Agora os dados que chegam no departamento pessoal, serão salvos em um arquivo, que vai diretamente para o banco para o débito autorizado pela Fazenda, esses dados estão ligados, através do sistema, a essa secretaria, de modo que não vai ficar sob responsabilidade de apenas uma pessoa e enviado diretamente ao banco como era realizado anteriormente. Sra. Samira disse que no CPU da gestora do programa não haviam dados suficientes, visto que não havia arquivos de recibos gerados, um relatório de pagamento. Ela informou que o banco disponibilizará os relatórios de pagamentos de tempos atrás. Com a palavra, o vereador José Jarbas perguntou se só na Assistência Social possui esse tipo de pagamento. Em resposta, Sra. Samira disse que na secretaria de educação possui um processo similar em relação ao auxílio de transporte universitário, há uma pessoa que lança os dados no sistema, há uma máquina específica em que são incluídos os dados. É gerado um relatório e enviado à secretaria de Fazenda, a qual autoriza o débito numa conta específica. O vereador José Jarbas perguntou se a secretaria de educação foi notificada para que seja aprimorado o sistema como está sendo feito em relação ao programa Renda Mínima. O vereador José Jarbas, através da comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo, solicitou da Secretaria de Fazenda que informe, com o aval da secretaria de Educação, por escrito, se já mudou o sistema da educação que opera o auxílio de transporte universitário, quando mudou, e se já foi feita a conferência do que foi pago por meio desse sistema, o qual é similar ao sistema de pagamento do programa Renda Mínima. O vereador solicitou a cópia da notificação da Secretaria de Fazenda enviada à Secretaria de Educação a respeito da necessidade dessas mudanças. O vereador Marcelo disse que o portal de transparência não funciona, assim pediu para que o Sr. Marlon e o Sr. Anderson Stoppa, funcionário do setor e planejamento, venham à Casa para prestar esclarecimentos sobre o que está acontecendo no portal. O vereador José Jarbas pediu para incluir na solicitação informações sobre a arrecadação e a previsão dos pagamentos do município, se vai conseguir fazer os pagamentos em dia e posteriormente para o ano de 2019. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião às dezenove horas e vinte e três minutos, e para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.